

# **Plano Institucional** **Fórum Mulher**

## **Planeamento Estratégico** **2009-2013**

apesar de tantos desafios,  
apesar de tantas incertezas,  
apesar das nossas diferenças,  
apesar dos nossos receios e,  
pelas nossas conquistas...  
a nossa luta continua!

**Consultoria: Solange Rocha**  
**Consultora Assistente: Luísa Mboana**

Moçambique, Maputo, Novembro 2008

## **Sumário:**

<b>1. Introdução .....</b>	<b>03</b>
<b>Histórico e composição.....</b>	<b>04</b>
<b>Parcerias e Redes .....</b>	<b>05</b>
<b>2. Organograma.....</b>	<b>07</b>
<b>3. Desenvolvimento do Contexto.....</b>	<b>08</b>
<b>4. Missão .....</b>	<b>14</b>
<b>5. Objectivo Institucional.....</b>	<b>14</b>
<b>6. Metodologia .....</b>	<b>15</b>
<b>7. Planeamento – Monitoreo – Avaliação (PMA).....</b>	<b>18</b>
<b>8. Estrutura Programática .....</b>	<b>19</b>
<b>9. Plano Operacional 2009.....</b>	<b>27</b>
<b>10. Matriz Lógica.....</b>	<b>30</b>
<b>11. Referência Bibliográfica .....</b>	<b>36</b>

## **1. Introdução:**

O actual processo de planeamento teve início em Agosto de 2008, onde foi realizada a avaliação de meio termo, com auscultação de membros, órgãos sociais, parcerias e Gabinete. Também foram analisados relatórios e documentos relacionados com a realização de projectos, assim como da efectiva incorporação das recomendações da avaliação de 2004 e do Plano Estratégico de 2005-2009.

Tal processo indicou uma realização satisfatória das actividades e efectiva utilização dos recursos financeiros e materiais, com resultados importantes nos últimos anos na proposição de leis e políticas públicas relacionadas aos direitos das mulheres, como também, no fortalecimento dos seus membros, aprimoramento da gestão, aumentando a sustentabilidade política no âmbito dos movimentos sociais.

O Fórum Mulher, como um sujeito político no âmbito da sociedade civil, é referenciado como uma organização respeitada e legitimada nas causas em que actua, com forte representação social. Entretanto os problemas cruciais apontados em avaliações anteriores persistem:

- 1) Indefinições de papéis na efectivação de actividades;
- 2) Indefinição de papéis no nível da tomada de decisão relacionado à afirmação do Fórum Mulher como parte da sociedade civil, ao mesmo tempo em que membros do Governo, ligas femininas de partidos e outros membros não inseridos na sociedade civil têm o mesmo nível de decisão.

Somando-se a esses desafios a actual avaliação acrescenta outros novos:

- 3) Enfrentar a fragilidade teórico-metodológica que define o campo de actuação do Fórum Mulher;
- 4) Rever a estrutura de equipe frente à nova estrutura programática, considerando a necessidade de novas contratações para a equipe do gabinete, tendo em vista as novas dinâmicas de trabalho frente aos desafios do Plano Institucional.

As acções deste Plano Estratégico 2009-2013 serão desenvolvidas em Moçambique, prioritariamente em Maputo, atingindo directa ou indirectamente todas as províncias. Ressalta-se que o conjunto das actividades será realizado junto às organizações membros do Fórum Mulher, em parcerias com instâncias governamentais, grupos e redes com presença e actuação no território nacional e de carácter regional e internacional. A metodologia de trabalho articula as dimensões local, nacional e global, através de lobby e advocacia; monitoria da política pública, mobilizações comunitárias, comunicação, informação, produção de conhecimento e formação teórico-política-metodológica. O desenvolvimento institucional é uma dimensão central para o fortalecimento do Fórum Mulher na sua sustentabilidade, assim como para o apoio e articulação de seus membros.

Foram utilizados métodos participativos, na avaliação e planeamento, tomando como referência o aprendizado feminista de educação popular, para trabalhar Desenvolvimento Institucional, onde seu principal fundamento é favorecer análises críticas, através do diálogo e reflexão colectiva. Desta forma, foi valorizado o trabalho de grupo e a fala dos/as participantes, tendo como referência a história e aos processos de trabalho e da acção política do Fórum Mulher.

Para o período de 2009 a 2013 é fundamental o alcance de mudanças na sociedade moçambicana que favoreçam a melhoria das condições de vida, assim como é preciso avançar nos direitos humanos das mulheres. Alguns campos são sensíveis para essas mudanças e para os próximos anos o Fórum Mulher vai priorizar trabalhar no enfrentamento das desigualdades de género relacionadas: à violência; à economia priorizando o acesso a terra e trabalho/emprego e melhoria das condições de vida das mulheres; a participação política e empoderamento das mulheres; a educação não sexista; aos direitos reprodutivos e direitos sexuais, com ênfase na epidemia do HIV/SIDA; e a sustentabilidade política do Fórum como sociedade civil, parte do movimento de mulheres feministas no âmbito dos movimentos sociais, e para tal fortalece seus membros e amplia sua rede de actuação.

### **Histórico e Composição:**

O Fórum Mulher é fundado em 1993, e em 1994, tem seu estatuto formalizado. É uma organização criada por iniciativa de feministas e activistas dos direitos das mulheres no contexto de preparação da Conferência Mundial sobre as Mulheres em Beijing, no início dos anos 1990, onde era grande o interesse de mobilizar as organizações de mulheres em todo mundo. Afirma-se como sujeito político no âmbito dos movimentos sociais, em particular o movimento de mulheres, tem autonomia administrativa, é uma organização não-governamental de direito privado e sem fins lucrativos.

Define-se como espaço ou meio de coordenação e articulação das actividades dos seus membros em defesa dos direitos das mulheres. Tem como **visão** transformar a estrutura sociocultural da sociedade e suas relações sociais para o desenvolvimento do país, através da aglutinação de todos os esforços da sociedade civil.

Durante muitos anos a gestão do Fórum Mulher trabalhou na execução de projectos para resolver problemas sociais e com o aumento de sua sustentabilidade institucional o Fórum aprimora seus mecanismos de gestão, que passa desde 2001 a ser baseado em planos estratégicos acompanhando os processos internacionais de definições de instrumentos de gestão e de captação de recursos. O actual Plano Estratégico para 2009-2013 foi realizado a partir da consulta e construção colectiva junto aos Membros, Órgãos Sociais, Parcerias e Gabinete, cuja proposta é adequar métodos, instrumentos, modelo de gestão, estrutura organizacional a um Plano Institucional baseado em resultados com vista à estruturação do Fundo Comum.

Actualmente as acções do Fórum Mulher atingem cerca de 16.000 público directo<sup>1</sup>, prioritariamente mulheres, jovens, e homens em condição de pobreza e com dificuldades de acesso a serviços e direitos sociais e económicos. São também alcançadas directamente pela acção intitucional, lideranças comunitárias, profissionais da Saúde e da Educação, parlamentares e executores de políticas públicas. Indirectamente o Fórum Mulher atinge cerca de 1.500.000 mil pessoas.

---

<sup>1</sup> O Fórum Mulher executa grande parte de suas actividades a partir das acções de seus membros, não tendo disponível no momento uma base de dados sobre público atendido, estima-se para esse plano uma **média** de 200 pessoas atendidas em actividades educativas/mobilizações/advocacia, etc., por grupo membro (são 80 membros). Esse número foi obtido a partir de observações das actividades dos relatórios anteriores. Dessa forma atinge-se directamente 16 mil pessoas. E indirectamente com as acções de mobilizações, de mídia e das acções de seus membros, local, nacional e internacionalmente é projectado uma média de 1.500.000 pessoas.

O Plano Estratégico 2009-2013 visa enfrentar problemas sociais **reafirmando seus valores** de justiça social, de solidariedade, de respeito à igualdade de género e autonomia das mulheres. E se compromete a lutar por transformações de princípios e práticas socioculturais que inferiorizam as mulheres, enfrentando as relações de poder hierárquicas entre mulheres e homens, que geram problemas que se manifestam em: analfabetismo da mulher; desigualdade de oportunidade de emprego e renda; falta de auto-estima; violência doméstica e sexual; feminização do HIV/SIDA; adoecimentos e mortalidades evitáveis; baixa participação política; debilidade no exercício do direito de acesso e controlo da terra pelas mulheres; fraca existência de conteúdos sobre direitos humanos na educação; abuso sexual da rapariga; dentre muitos outros.

O Fórum Mulher é composto por 84 organizações locais, nacionais e internacionais; organizações não-governamentais - laicas, religiosas, de acção comunitária, de investigação, organizações governamentais, agências de cooperação, agências bilaterais<sup>2</sup>. A coordenação das actividades é realizada a partir do Gabinete, que é formado por uma equipa executiva, constituída pela directora executiva e 14 trabalhadoras/es.

Essa equipa do Gabinete desempenha os papéis de coordenação, administração, articulação, contribuição para a capacitação interna e dos seus membros e coordenação de acções junto aos seus membros, ao mesmo tempo que executa acções directas na mesma dimensão que alguns dos seus membros. A gestão do Fórum Mulher é formada por três órgãos sociais, nomeadamente a Assembleia Geral, o Conselho de Direcção e o Conselho Fiscal. Estes órgãos são compostos por membros efectivos eleitos em Assembleia Geral com um mandato de três anos.

Nos processos organizacionais o Fórum se compromete com a revisão imediata dos estatutos para adequar as novas necessidades institucionais. Como também é prioridade efectivar as mudanças na gestão para adequar à nova realidade do Fundo Comum, rever funções e estrutura programática, assim como criar os mecanismos de implementação, monitoramento e avaliação; incluindo no campo programático a formulação de linha de base com dados de referência para os indicadores e relacionada à política de recursos humanos torna-se urgente melhorias relacionadas aos benefícios sociais dos/as trabalhadores/as.

---

<sup>2</sup> A inserção das organizações não-governamentais tem crescido substancialmente desde a fundação do FM, já são a grande maioria de membros e essa é uma característica de definição do Fórum Mulher como rede da sociedade civil organizada.

### **Parcerias e Redes:**

Dentre muitos doadores e parceiros os maiores aportes são da: OXFAM (Belgica, Novib, Canadá, GB, etc.); Agência Catalã de Cooperação para o Desenvolvimento; FNUAP - UNDP; IBIS; KEPA; UNIFEM; UNDEF; NORAD.

O Fórum Mulher articula seu campo de sustentabilidade política através de redes da sociedade civil em várias áreas das lutas sociais por ampliação dos direitos humanos, sendo a destacar as seguintes:

SOAWAR;

MMM: Marcha Mundial das Mulheres

CLUSTER DE GÉNERO - Grupo de Direitos Humanos e Advocacia na África Austral

WLSA: Women and Law in Southern Africa

FEMNET- The African Women's Development and Communication Network

AFARD/AWARD;

AWID: Association for Women's Rights in Development

DAWN: Development Women's Network

ARASA/ALIANCA HIV: Organizações pelos Direitos Humanos e AIDS

FIGI; FIGO ;

UNAC/Via Campesina: União Nacional dos Camponeses

G20 – Plataforma das Organizações da Sociedade Civil no Observatório de Desenvolvimento

FSM - Fórum Social Mundial e Fórum Social Moçambicano

FÓRUM DAS MULHERES RURAIS (em Criação)

TGNP – Tanzania Gender Networking Program

Católicas pelo Direitos de Decidir

IPAS – Organização Internacional de Luta pelo Aborto Seguro

Na arena Política Nacional, o Fórum Mulher é membro e se articula com os seguintes espaços:

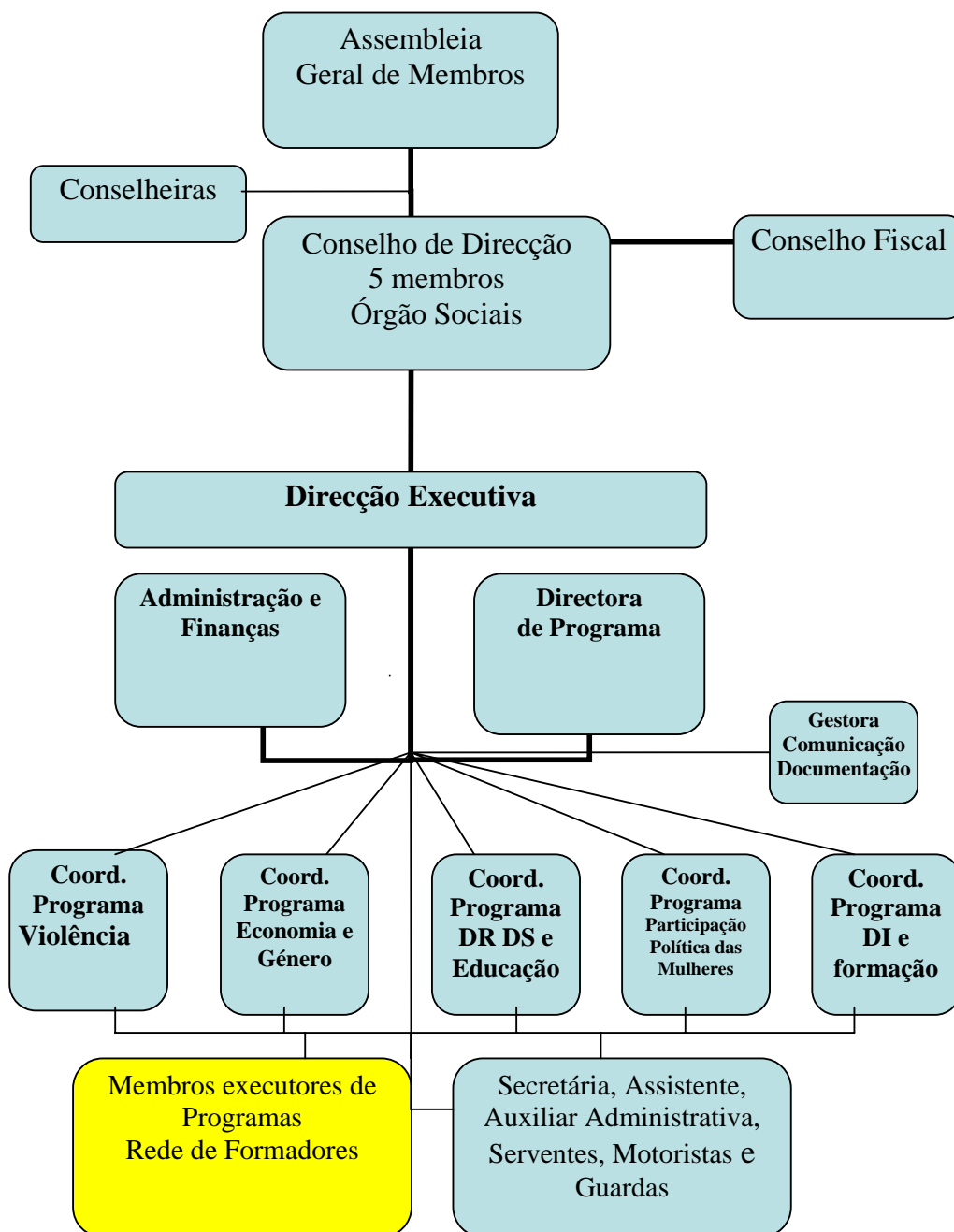
CNAM – Conselho Nacional para o Avanço da Mulher

CTCNAM – Conselho Técnico do CNAM

CONDES – Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

QI – Quadro Integrado – Fórum de várias instituições governamentais, Sociedade Civil e Agências de Cooperação no âmbito do Comércio – Ministério da Indústria e Comércio

## 2. Organograma



**Gestão:** Colegiada (Direcção Executiva, Administradora Financeira e Directora de Programas). A dinâmica do trabalho será realizada com reuniões sistemáticas nos vários níveis de gestão, interna ao gabinete e na relação com membros, consultores/as, órgãos sociais. A reunião mensal com todo Gabinete, realiza monitoria, e é o espaço das decisões coletivas. A Planificação/Monitoria/Avaliação serão sistematizadas através dos instrumentos de gestão.

1. Direcção Executiva: coordena todos os processos institucionais. É a responsável formal pelo desempenho da organização. Tem como atribuição garantir a sustentabilidade política, financeira, técnica. É responsável formal por todos os documentos finais da instituição. Exerce a representação política e monitora o desempenho técnico e participação política de toda a equipa.
2. Administradora Financeira e Directora de Programa: coordenam a acção do plano nas áreas programáticas e administrativa/financeira. São responsáveis formais pelo desempenho técnico e político-teórico-metodológico da equipa. Orienta a equipa nos métodos de trabalho, cria instrumentos, faz representação institucional, monitora as coordenadoras e a relação com os membros, cria estratégias de trabalho conjuntas, faz relatórios e projectos.
3. Coordenadoras: coordenam os processos de execução dos programas. São responsáveis por garantir a efectivação das acções planeadas e de monitorar os indicadores/resultados. Exerce representação política, executa as actividades, mobiliza e trabalha junto com os membros. Faz relatórios e projectos.
4. Gerente: tem como função executar as acções estratégicas e específicas de comunicação/informação/distribuição.
5. Demais membros da equipa executam suas tarefas de acordo com o planeado, prestam contas, fazem relatórios, preparam insumos para monitoria dos indicadores etc.

### **3. Desenvolvimento do Contexto**

Moçambique é o quarto país mais populoso entre os 14 que integram a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, são 20.700.000 habitantes (Censo 2007). Ocupa o último lugar em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na Comunidade Africana, como consequência dos baixos indicadores sociais, relacionado a uma baixa renda per capita diária. A cidade de Maputo, capital do país, é a única com IDH médio.

O analfabetismo atinge 53,6% da população, destes 36,1% são homens e 69,4% são mulheres (IFTRAB 2004/05), cerca de 90% da população não tem acesso à energia eléctrica, o rádio é a principal fonte de informação, entretanto o sinal não é captado por mais de 60% da população. É um país cuja população é composta predominantemente por jovens com idade média de 17,5 anos, onde a expectativa de vida é de pouco mais de 47 anos, e tem sido afectada pelo avanço da epidemia da SIDA. Dados da vigilância epidemiológica do Moçambique (2007) mostram que a prevalência do HIV em Moçambique é de 16 por cento, duas vezes superior à da média subsahariana, de 7,2 %, as mulheres, sobretudo as jovens entre 15 e 24 anos, apresentam a maior taxa de infecção. (Lima Vieira, 2006/ INE – Censo 2007)

A violência de género e a epidemia da SIDA são graves problemas sociais que atingem sobremaneira, mulheres, jovens e crianças, num contexto de fortes tradições culturais patriarcais e de práticas sexuais de risco que incidem sobre as mulheres e definem papéis na família, tornando essa população mais vulnerável a mortes e adoecimentos. Nesse contexto, a família é o cerne da vida social, na sua compreensão de membros directos e família agregada, membros de diferentes graus de parentesco. Nessa relação familiar, as mulheres assumem o papel do cuidado com seus membros e diante da epidemia da SIDA são as mulheres, e muitas vezes, as mais velhas, “as avós” que assumem o cuidado com os doentes e órfãos.

Moçambique é um país em processo de consolidação de suas estruturas democráticas, é multiétnico, multicultural e multilinguístico. Tornou-se um país independente em 1975, e teve até 1980 um período de socialismo seguido de anos de guerra civil. Em 1992 foi assinado o acordo de paz. Depois desse período com a nova Constituição é que teve início o processo de liberdades civis e políticas, com aumento da organização da sociedade civil. Desta forma possibilitou uma abertura para que o Estado e sociedade

civil enfrentassem os graves problemas sociais e económicos em que vive o país, tal abertura também significou liberalização económica e de fronteiras para o capital internacional, para além dos interesses de ajuda humanitária. (Lima Vieira, 2006)

Tendo em conta que o Fórum Mulher, é movimento social vivo e dinâmico que se insere dentro da sociedade, com a responsabilidade de tomar as providências necessárias para ser sustentável e actualizada sobre as transformações que se vão operando no mundo actual, urge a necessidade de despertar e consciencializar a todos os membros de que tudo o que se passa em volta, dentro ou fora do país, poderá influenciar negativa ou positivamente na dinâmica de trabalho e boa direcção do Fórum Mulher, pelo que tudo o que tiver que ser feito deve ser de forma holística, para não sufocar, nem hipotecar o movimento.

No campo da política internacional a mudança do Governo nos Estados Unidos da América, com a eleição do novo Presidente Barack Obama, do Partido Democrata, poderá avançar na influência dos EUA numa perspectiva de igualdade de género, impulsionando direitos sexuais, como exemplo a livre orientação sexual, e direitos reprodutivos, como exemplo legislar a favor do aborto; assim como consolidando políticas de igualdade racial. Tal perspectiva poderá ampliar políticas sociais e culturais como oferecer oportunidade de avanço ao reafirmar os direitos humanos.

No plano económico analistas internacionais prevêem a manutenção de uma política neoliberal, que devem liderar acções de sanar a actual crise do capitalismo e seguir uma perspectiva de liberação de mercados internacionais e de fortalecer a economia americana, mantendo a concentração de renda e não enfrentando estruturalmente as desigualdades sociais.

Tais políticas norte-americanas terminam por influenciar as políticas de todo mundo, trazendo para Moçambique exemplos de avanços de direitos políticos, culturais e sociais, como também podem trazer oportunidades de negócios, mas que pode igualmente avançar na dependência de mercados, com o avanço de acordos de blocos económicos que por um lado trazem impactos na manutenção da pobreza, e por outro aumentam a concentração de renda nas mãos de poucas pessoas. Há um esforço em fortalecer os blocos regionais, como forma de posicionamento para as negociações políticas e económicas, o que traz desafios para que o Fórum Mulher mantenha a atenção sobre a conjuntura, para que na medida do possível possa influenciar local e globalmente.

Preocupa o Fórum o conteúdo das negociações de blocos regionais como a União Africana e dos blocos sub-regionais como o Protocolo da SADC. É preciso tomar atenção para conhecer as inter-relações entre os países e o impacto sobre a produção e comércio local, em particular o impacto sobre o trabalho das mulheres, tendo em conta que a importação de bens de serviço e consumo, sendo liberalizada, influencia no preço de venda de produtos locais, e essa competitividade é desigual entre países e entre blocos, como é o caso das mercadorias sul-africanas colocadas nos mercados locais, que muitas vezes o seu preço é mais barato que as mercadorias moçambicanas.

A essas preocupações soma-se a crise dos combustíveis, que ao subir dificulta o acesso a alimentos e cria um impacto sobre o custo de vida. Ademais, as alternativas para a produção de combustível através do biocombustível trazem também fortes

consequências sociais e económicas relacionadas com a produção agrícola, fazendo com que países como Moçambique se transformem em monoculturas, com graves prejuízos ao acesso das mulheres à terra e à pequena agricultura, que é a base de subsistência de inúmeras famílias. Desafia o Fórum perceber como este fenómeno está a ocorrer e como se articula em defesa dos direitos das mulheres no acesso e controlo sobre os recursos naturais como a terra, a água e outros meios de sobrevivência, já que este aspecto pode alterar sobremaneira a orientação do FM, pois sem a independência económica não se pode ganhar a luta sobre os direitos de mulher.

O Fórum Mulher deve estar em condições de questionar e propor políticas para aliviar a pobreza, devendo estar preparada para os efeitos das piores condições de vida no mundo em geral e em Moçambique, em particular. A agricultura de subsistência é a principal força económica, e poucos são os/as camponeses/as que conseguem ter rendimentos palpáveis, para as suas trocas comerciais como forma de obtenção de outros produtos básicos, como o açúcar, sal, cadernos, roupas, etc. (aliado à seca que se faz sentir nos últimos tempos), no entanto, a dificuldade de escoamento é patente por o Governo não haver criado condições mínimas para que tal aconteça, e, o resultado é a deterioração das suas culturas produzidas, por falta de técnicas de conservação, o que faz com que eles/elas regridam e não só, mas também, quando alguns conseguem escoar até os locais de trocas, como é o caso de algumas feiras criadas, o preço de venda de seus produtos ainda está aquém do esperado, o que enfraquece sobremaneira os mesmos deixando-lhes sem nenhum poder de negociação.

Outro factor da conjuntura que preocupa está relacionado ao meio ambiente. Moçambique é um país que tem sofrido de forma intensa o efeito das mudanças climáticas, com predominância de secas, cheias, ciclones, erosão com impactos significativos na produção, segurança alimentar e outros. Apesar deste Plano Estratégico não apresentar nenhum objectivo programático nesse campo, o Fórum Mulher se compromete em adoptar princípios de sustentabilidade ambiental nos seus processos de tomada de decisão, participar nos debates e posicionamentos da sociedade civil acerca das mudanças climáticas, do acesso à água, a degradação ambiental que afeta a sociedade, e sobremaneira as mulheres, já que são elas as que mais sofrem o impacto dos desastres naturais e desgaste ambiental. A este facto, vale ressaltar que o FM é membro do Conselho de Desenvolvimento Sustentável – CONDES, fórum que congrega a Sociedade Civil sob presidência da Primeira-Ministra, o qual é responsável pelo monitoramento da gestão das políticas ambientais.

No campo político regional a mudança de Governo na África do Sul pode trazer novas dinâmicas nas relações entre os dois países com impactos na esfera política, económica e social, dado o posicionamento daquele país em relação a Moçambique. Haja vista as crises políticas e económicas no Zimbabwe que favorecem, e por vezes dificultam as relações com Moçambique, pelo que é preciso que o Fórum Mulher esteja familiarizado com esse contexto e prepare-se para contornar as dificuldades, caso seja necessário.

Um facto conjuntural desse período que afecta o direito das mulheres está relacionado ao Mundial de Futebol em 2010. Já é facto com repercussão nacional a violência de género, com a exploração sexual e o tráfico de mulheres, e de raparigas de Moçambique intra e transfronteiriço. Esta problemática é sobremaneira preocupante, pois a maior parte de jovens e adolescentes do sexo feminino, não tem o mínimo poder de compra e vêem o sexo como objecto de troca, sendo aliciadas por gente sem escrúpulos para a

obtenção de recursos materiais, pelo que urge a tomada de medidas para reduzir o impacto desta manifestação, haja vistos os problemas de violação dos direitos e a falta de protecção para estas jovens por parte de quem de direito; e não só, mas também a recente descoberta de uma rede de traficantes de meninas sem recurso na África do Sul com a promessa de melhores condições de vida faz com que a sociedade não fique impávida, mas que reaja para repor os direitos humanos daquelas crianças atrás referidas, pelo que o FM deverá preparar-se para enfrentar esta realidade e tentar influenciar junto de quem de direito. Já se levanta o crescimento da prostituição na províncias de Manica e Sofala, com violação dos direitos das mulheres envolvidas nestas actividades.

No nível das Organizações das Nações Unidas estão em curso acções de lobby para a institucionalização de uma entidade que responda pelos assuntos da mulher, no mais alto nível das Nações Unidas – *GEAR Campaign*. Isto poderá trazer implicações positivas no que diz respeito à definição de prioridades, bem como aos mecanismos de financiamento a igualdade de género. Nacionalmente, o programa *Delivering as One*, no contexto da unificação do sistema das Nações Unidas pode contribuir para a materialização da iniciativa do Fundo Comum, já que as abordagens se assemelham.

Em Agosto de 2008 realizou-se o III Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda de onde resultou o Plano de Acção (AAA - Accra Action Plan) que avança compromissos com a igualdade de género e o papel da sociedade civil nas novas modalidades de ajuda. A igualdade de género é aqui considerada uma obrigação conjunta entre os países doadores e os recipientes de ajuda. Actualmente Moçambique é um dos países considerados exemplares na abordagem do Budget Support (apoio geral ao Orçamento do Estado e SWAPs), no que respeita aos mecanismos criados para articulação entre doadores, governo e sociedade civil, mas, por outro lado a questão das condicionalidades como o manifesto do combate à corrupção estão sendo questionados por alguns doadores. Sendo o FM um agente de advocacia, cabe-lhe uma quota de responsabilidade no monitoramento da governação central e local, para assegurar a transparência na prestação de contas, bem como a avaliação dos resultados programáticos.

Nos contextos local e nacional, coloca-se como prioridade as Eleições Municipais, Provinciais, Legislativas e Presidenciais e alguns desses processos estão a acontecer no momento de elaboração desse plano, com repercussões em todo o transcorrer de sua implementação. A questão do direito ao voto, a consciência para a escolha adequada, a questão da participação da mulher como candidata são preocupações em agenda. Neste contexto o FM deverá posicionar-se como órgão da sociedade civil para providenciar uma educação cívica coesa aos cidadãos e cidadãs sobre o direito de voto, bem como a necessidade de monitoria da governação ao longo dos anos de desempenho. Nesse sentido o Forum Mulher já tem elaborado, juntamente com suas parcerias um documento de posicionamento sobre o que querem as mulheres para essas eleições, nos próximos anos esse documento será a referência para propor políticas e monitorar os encaminhamentos dos novos governantes e legisladores.

As mulheres estão conquistando o seu espaço no poder e com a aprovação de quotas para ambos os sexos alterou sobremaneira os números de eleitas, sobretudo no Parlamento, tendendo para 1/3 da representatividade. Entretanto, a independência absoluta sobre o direito da escolha de decisões ainda está aquém do desejado, sendo que

elas ainda são instruídas pelos homens a votar, pelo que o FM precisa imprimir maior intervenção para o aumento da consciência das mulheres no poder e no direito ao voto. Por outro lado, o nível de representação nos órgãos locais onde as relações de poder são mais acentuadas é ainda baixo. Isto se estende aos órgãos do judiciário e de certa forma do executivo. A participação política é um elemento fundamental de empoderamento das mulheres para a igualdade de género, nessa perspectiva o Fórum se compromete a avançar nos vários níveis de participação do legislativo, passando pelo executivo, até as participações comunitárias no nível local de decisão e representação.

Para os próximos anos o Fórum Mulher coloca como campo programático a economia de género, conceito desenvolvido a partir do feminismo, para elaborar sobre o trabalho das mulheres. Neste momento o ambiente de negócios no país é favorável com a simplificação dos documentos para a constituição de uma empresa, coadjuvada com a simplificação de procedimentos alfandegários na importação/exportação, o que resulta na atracção de mais investidores para se fixarem e implementarem o negócio. Entretanto, é necessário aprimorar leis trabalhistas e de promoção para o desenvolvimento do trabalho produtivo das mulheres.

Moçambique é um país em desenvolvimento, com 75% da população ocupada, e 18,7 de taxa de desemprego, sendo 14,7% homens e 21,7% mulheres. A população assalariada é de 13,3%, os homens ocupam 22,2% dos postos de trabalho e as mulheres 5,8% (IFTRAB 2005). O trabalho das mulheres se concentra na agricultura e nos serviços, especialmente nos lugares de apoio, como o de servente, limpeza de estradas, etc, e a agravar pelo facto de ela não ter tido acesso escolar onde não pode concorrer em pé de igualdade com o homem, assim como nas condições de trabalho as mulheres estão aquém do exigido, por pensar-se que só pelo facto de já assegurar um emprego é um favor, pelo que o FM deve preparar-se para atacar este aspecto que nada dignifica a própria sociedade.

No campo das políticas sociais, desafia as transformações no âmbito das relações de poder, da cultura e das tradições para efectivar os direitos das mulheres. A sociedade moçambicana é do tipo patriarcal, e como tal o poder está sempre nos homens, e também, a cultura e tradição moçambicana, preparou a mulher a subjugar-se perante o homem fazendo com que às vezes seja difícil alterar a realidade. Com a massificação da abordagem de género os Governos em todo o mundo, e em Moçambique em particular, introduziu políticas de promoção do status das mulheres. Entretanto tais políticas são nominadas de género mas não buscam a igualdade de direitos. Por exemplo, as políticas de quotas como forma de garantir o equilíbrio de género, foram adoptadas, no entanto, esta prática encontra resistência no seu seio.

Nas políticas de educação é baixo o acesso e retenção das meninas à escola, tendo em conta que elas garantem o sustento das famílias, no que concerne, por exemplo, ao facto de que segundo as famílias elas devem ficar em casa para acarretarem água, lenha, machamba, pois muito cedo se preparam precocemente para o lar; face a esta situação o Fórum precisa avançar em acções relacionadas às leis e políticas para desaconselhar e/ou mesmo penalizar essas práticas sociais e encorajar aos pais a apostar pela educação das crianças. Da mesma forma que preocupam as denúncias dos professores que chegam a engravidar todas as meninas da mesma turma. Sendo que é urgente que o FM se posicione para pressionar o Governo para a criação da legislação adequada para esta matéria.

Ao conceituar os direitos reprodutivos e os direitos sexuais o movimento feminista teve grande conquista nas últimas duas décadas, ao levar os problemas vividos pelas mulheres da esfera da vida privada para a esfera pública. Em Moçambique persistem os sofrimentos relacionados aos altos índices de mortalidade materna, aborto inseguro, HIV/ SIDA, esta problemática, piora particularmente na área rural, quando muito cedo as meninas iniciam as práticas sexuais, com casamentos forçados, expondo-as à violência e às doenças sexuais. Nesse contexto o preconceito e a discriminação relacionado à orientação sexual é grande, oprimindo e não respeitando os direitos humanos de gays e lésbicas.

As raparigas são obrigadas a juntarem-se cedo como meio de subsistência das famílias e pelo facto de a própria sociedade determinar que elas só servem para esposas, e como resultado deste facto a gravidez, porque mal concebida num órgão genital tão débil ainda devido à idade (11 a 13 anos), não sobrevive, acabando por provocar o aborto prematuro e perigando a vida da própria menina, para além de deixá-la, caso sobreviva, com sequelas e com o surgimento de doenças oportunistas, vindo a perder a vida, pelo que cabe ao FM como representante da Sociedade Civil analisar como pode intervir nos vários órgãos da sociedade para a erradicação deste mal.

Ressalta-se a manutenção da violência baseada no género pelo facto de se pensar que as mulheres não tem direito à opinião, simplesmente devem acatar as instruções/decisões do homem pelo facto de a sociedade ter sido concebida como patriarcal. Nos últimos anos o FM trabalhou na promoção de leis e políticas que mudam essa realidade, muito se avançou, contudo melhorias na Lei contra a Violência e a ampliação dos serviços de atenção são conquistas que espera-se alcançar no período desse novo plano.

No campo das políticas sociais ressaltam-se as preocupações com a protecção social da 3ª Idade, com a desestabilização política movida pela guerra, antes dos acordos gerais de paz, muitas pessoas afluíram do campo para as cidades para se esconderem do inimigo e procurar melhores condições, no entanto, mesmo passados dezasseis anos depois da guerra as pessoas não mais regressaram às suas zonas de origem, agravado pelo facto de o Governo não ter criado infra-estruturas mínimas de acolhimento dessas pessoas. Nesse Plano Estratégico essa será uma questão tratada transversalmente com apoio direto aos membros que trabalham com essa temática.

Considerando que em Moçambique ainda não se pode falar da justiça propriamente dita, pois existe ainda uma grande fraqueza neste campo, motivada em muitos casos pela fragilidade dos agentes do Estado que trocam a justiça por dinheiro; existem casos em flagrante delito, o que é uma autêntica vergonha para a sociedade moçambicana, pelo que o FM deve intervir em todas as acções de Lobby e Advocacia para influenciar a quem de direito para a aprovação de medidas duras aos que violem os princípios da justiça.

Todo processo histórico vivido em Moçambique nos últimos anos tornou ainda mais complexa a sua rede de relações sociais. Percebe-se um aumento do grau de autonomia de membros da sociedade civil. O Fórum Mulher congrega os movimentos das mulheres independentemente da filiação partidária, pois almeja conquistar os direitos das mulheres, contudo, a consciência política sobre o papel do Fórum ainda está sendo questionada por alguns grupos sociais, pelo que urge a necessidade de se redefinir a sua

direcção com o objectivo de congregar a todas as mulheres, mantendo como definição ser parte dos movimentos sociais. Sendo um desafio que o Fórum deve alcançar a curto prazo, sob pena de ser desacreditado.

Desta forma, o fortalecimento do campo dos movimentos sociais é uma oportunidade para que o Fórum Mulher cresça e se articule no campo da sociedade civil. Os resultados atribuídos à acção directa e indirecta do Fórum Mulher, como os avanços de legislações e políticas públicas; sensibilização da sociedade sobre os direitos das mulheres confere reconhecimento e legitimidade. Hoje o Gabinete tem profissionais mais capacitados/as para desenvolver os trabalhos, assim como representa um fortalecimento institucional à manutenção do apoio financeiro e da parceria das organizações doadoras.

Nesse sentido, é necessário continuar avançando no desenvolvimento institucional, criando as condições de sustentabilidade política e económica, fortalecendo o Fórum Mulher como uma rede de articulação da sociedade civil. Para isso precisa imprimir mudanças estatutárias e redefinir dinâmicas/acções relacionadas à gestão organizacional, ao seu crescimento financeiro-programático, assim como rever a quantidade de recursos humanos, diante da sobrecarga de trabalho, assim como avançar nas relações políticas institucionais.

No contexto interno é preciso rever metodologias de trabalho, aprofundar a formação teórica da equipa e particularmente rever a Rede de Formadores, investir no recadastramento e reciclagem de seus participantes. Assim como também é prioridade avançar na comunicação e processos de informação e produção de conhecimento. A área de pesquisa nunca teve uma dimensão nas acções programáticas do Fórum, é um campo de trabalho de alguns membros, entretanto, é avaliada neste momento a necessidade de visibilizar essa área, haja vista que cresce a demanda por produção de conhecimento relacionado às áreas programáticas do Fórum Mulher.

Se por um lado se torna necessário rever a constituição do Fórum e a estrutura do seu Gabinete para melhor responder ao presente plano, por outro lado não é menos verdade que há uma urgência de se fazer um levantamento sobre as organizações filiadas no Fórum e alimentação da base de dados, a confirmação da sua real existência, cumprimento das normas mínimas de funcionamento, entre outros e quiçá a avaliação das suas capacidades para contribuir na implementação do presente plano.

#### **4. Missão:**

O Fórum Mulher luta por uma sociedade mais justa e com igualdade de género na defesa dos Direitos Humanos das Mulheres.

#### **5. Objectivo Institucional:**

Contribuir para transformar os determinantes socioculturais, na perspectiva de género, que incidam no fortalecimento da democratização da sociedade moçambicana.

#### **Resultado:**

- Adopção de políticas de igualdade de género nas políticas nacionais.

- Diminuição de adoecimento, morte e violência doméstica e sexual contra as mulheres.
- Fortalecimento das mulheres com maior participação política e melhorias de condições de vida.
- Autonomia, fortalecimento do Fórum Mulher com o reconhecimento de seu papel político na sociedade de Moçambique.

**Indicadores:**

- Melhoria da qualidade e avanço das políticas de saúde reprodutiva e sexual, políticas contra violência doméstica e abuso sexual;
- Aprovação de leis de protecção dos direitos das mulheres;
- Melhoria dos indicadores nacionais e regionais sobre trabalho e condições de vida das mulheres;
- Aumento da participação política das mulheres em instâncias de decisão;
- Melhoria da qualidade e fortalecimento da actuação dos membros na defesa dos direitos das mulheres;

**Meios de Verificação :**

- Dados nacionais de pesquisas de saúde, violência, condições de vida e participação política.
- Dados institucionais sobre actividades e fortalecimentos dos membros e das mulheres que deles participam.

**6. Metodologia/Operacionalização do Plano Estratégico**

O Fórum Mulher na sua trajetória acumulou reconhecimento público, capacidade de intervenção, fortalecimento político que lhe afere condições de realizar o Plano Estratégico 2009-2013. Sua sustentabilidade técnica, política e financeira está relacionada às condições adquiridas para avançar no campo político metodológico, assim como nos seus mecanismos de gestão. Para o alcance dos propósitos desse planeamento é considerada a diversificação de fundos, assim como a consolidação de uma política de captação de recursos próprios.

**Método de trabalho:** Todas as acções programáticas do Fórum Mulher articulam as dimensões local e global, com ênfase em processos colectivos que trabalhem de forma integrada com formação para cidadania – participação política – fortalecimento das mulheres e das organizações da sociedade civil – lobby e advocacia por direitos e políticas públicas – pesquisa e difusão de informação – democratização do conhecimento através da comunicação – monitoramento de política pública – mobilização comunitária.

Os processos de formação de forma continuada são a estratégia central para o alcance da cidadania, por serem considerados uma condição básica para conquistar direitos. Nesse

método de trabalho a democratização da esfera pública para luta por políticas públicas acontece através de lobby e advocacia, do fortalecimento da sociedade civil, e do empoderamento das mulheres na sua actuação política. A produção de conhecimento crítico alimenta a prática educativa e a acção política, onde a pesquisa, a democratização da informação e o aprimoramento da comunicação são elementos da estratégia de acção. O FM enfatiza o monitoramento das políticas públicas, actuando através de seus membros e realizando mobilizações comunitárias com actuação na mídia para alcançar toda a sociedade.

A dinâmica de trabalho é realizada a partir da coordenação do Gabinete, onde as organizações membros e redes sociais implementam o Plano de Acção com o compromisso de ampliar a participação social do FM como parte da sociedade civil. As coordenações de programas instituídas no Gabinete planeam e realizam as actividades programáticas em conjunto com os membros, criam dinâmicas e métodos de trabalho, formam assim uma equipa de trabalho. Os recursos materiais e financeiros utilizados para tais actividades são definidos por esse colectivo (Gabinete/membros) de coordenação programática, que podem ser repassados directamente para os membros, ou podem ser realizados a partir do Gabinete.

Desta forma, as parcerias, a participação em redes dos movimentos sociais e nos processos de articulação colectiva são uma prática que visa contribuir para o fortalecimento da sociedade civil, sendo essa a condição necessária para a sustentabilidade institucional do Fórum Mulher. Aqui, a transformação social é entendida como processo permanente de educação – articulação política e produção de conhecimento, a qual exige a construção de sujeitos.

Na gestão serão valorizados os processos democráticos de consulta aos membros, em um trabalho articulado quotidianamente com os órgãos sociais. O gabinete mantém o propósito de efectivar a coordenação dos processos e executar actividades que lhes são atribuídas, melhorando os mecanismos internos de monitoramento e avaliação, assim como criando mecanismos operacionais de administração para melhor efectivar o plano financeiro e programático.

**Campo teórico relacionado às metas:** Conceitualmente são três os campos de análise:

1) Género como uma condição social e cultural construída historicamente, definida através do modelo hierárquico de relações sociais, políticas e económicas. Toma como pretexto a diferença biológica sexual e seu significado nas relações de poder para manter o homem como parâmetro da humanidade, dando-lhe privilégios e garantindo a dominação masculina sobre as mulheres. Essa é uma categoria para entender as bases políticas e filosóficas da actuação do Fórum Mulher. A meta a alcançar é uma maior igualdade entre os homens e mulheres, que será aprendida nesse plano através dos indicadores que respondem aos resultados previstos para serem alcançados em 5 anos. Para atingir esse objectivo, a perspectiva de género deve estar incluída em todas as políticas. Aplicar a perspectiva do género exige um compromisso a favor da construção de relações de género igualitárias e justas.

2) Sustentabilidade das organizações do campo democrático como uma categoria para entender as dinâmicas e desafios de organizações complexas, como o Fórum Mulher. Considera-se que é central para as organizações da sociedade civil o crescente

investimento no desenvolvimento institucional. Organizações como o Fórum Mulher, que trabalham cada vez mais articuladas no campo da sociedade civil, e que se identificam com a proposta de consolidação de uma rede de relações entre diferentes sujeitos colectivos assumem cada vez mais um papel de coordenador de processos políticos e de mobilização social. Desta forma, é uma necessidade aprimorar a sua capacidade de formação de parcerias e alianças, assim como de avançar na sua capacidade de gestão que assegure sua sustentabilidade e legitimidade. A meta a alcançar é a consolidação do FM como uma rede de articulação da sociedade civil em defesa dos direitos das mulheres. Para atingir esse fim será necessária a efectiva realização das acções de desenvolvimento institucional, onde seus resultados sintetizam a sustentabilidade do Fórum Mulher.

3) Cultura Institucional, como uma categoria para entender os entraves e problemas para avançar na definição de papéis e responsabilidades. Ter essa chave de compreensão favorece a desburocratização dos processos de mudanças, que não se viabilizam apenas por formalidades e acordos nos papéis. Tal meta está relacionada às dimensões organizacionais que serão alcançadas de acordo com os avanços de realização propostas no Plano Estratégico.

**Estratégia do Plano Institucional:** Este plano está baseado em resolver problemas sociais, numa perspectiva feminista, onde os processos são fundamentais para a construção do poder das mulheres e para garantir as transformações sociais. Desta forma se organiza em objectivos e resultados a serem alcançados, onde os resultados só são sustentáveis estando baseados em processos democráticos.

Os objectivos institucionais estão relacionados aos campos programáticos e passam a ser chamados de objectivos programáticos, os resultados serão percebidos no nível de resolução dos objectivos, cujos indicadores apontam o grau de alcance dos resultados. As atividades são entendidas como os caminhos de alcance dos resultados e serão realizadas a partir de acções estratégicas, que são formas de organizar o trabalho na perspectiva de um planeamento integrado a partir de resoluções de problemas, com resultados programáticos alcançados numa gestão financeira-administrativa do Fundo Comum.

Os resultados e seus respectivos indicadores procuram captar mudanças em alguns dos processos que directa ou indirectamente possam ser considerados representativos da situação expressa nos objectivos. Combinam dados quantitativos e qualitativos, e articulam dimensões micro e macro da acção do Fórum Mulher, a partir dos seguintes critérios:

- Capacidade de captar aspectos qualitativos relacionados com as transformações sociais apontadas pelo Plano Estratégico;
- Possibilidades de captar dados comparativos com a realidade sociocultural-económica do país, considerando a escassez de informações sistematizadas;
- Capacidade para captar as mudanças no período de intervenção do projecto ao nível das organizações membros e dos resultados na macro-política;
- Consistência e viabilidade na obtenção de dados, de sistematização e análise, de cada indicador e deles no seu conjunto tendo em vista o limite da acção do Fórum Mulher e de seus membros;
- Capacidade de sistematizar e analisar o conhecimento produzido pelo Fórum Mulher e que essa produção de conhecimento seja acumulada em processo permanente de aprendizado institucional.

Neste sentido, há diferentes tipos de indicadores, mas no seu conjunto busca captar os resultados relacionados a mudanças de políticas, legislação, serviços que apoiem e avancem nos direitos das mulheres. Em outro nível que captem as mudanças na participação e no fortalecimento de mulheres e de grupos de mulheres, à produção de conhecimentos relevantes e ao desenvolvimento de novas metodologias. Os resultados devem ser sistematizados e periodicamente avaliados para que possam ser apropriados pelos membros do Fórum Mulher. Ao término deste Plano Estratégico o seguimento das acções e a sustentabilidade institucional devem ser de responsabilidade dos membros, através de suas instâncias de gestão.

**Riscos e Sustentabilidade:** Os riscos estão relacionados aos fluxos e dinâmicas das parcerias e da execução de muitas actividades a partir dos membros. Muitas vezes os ritmos de execução não são favoráveis ao planeado. Para diminuir esses riscos é fundamental as mudanças nos níveis de decisão previstos nos Estatutos, assim como na definição de novas dinâmicas através de instrumentos de gestão.

No ambiente interno o maior risco está relacionado à adequação ao novo plano e às mudanças estruturais, estatutárias, programáticas e do financiamento na perspectiva do Fundo Comum. Será estratégica a conscientização da equipa e dos membros do FM na manutenção de acordos, e na realização das mudanças propostas. No ambiente externo os riscos estão relacionados às mudanças políticas e às conjunturas internacionais e nacionais económicas, sociais, climáticas que influenciam a efectivação do plano que está formulado para uma realização de 5 anos.

A sustentabilidade do Fórum Mulher e da efectivação deste plano está na capacidade de se manter articulada no âmbito da sociedade civil, comprometida com as causas, valores e ideais que motivaram esse planeamento. Assim como na capacidade de refletir, analisar e intervir sobre os problemas e no enfrentamento dos desafios e dos riscos subsequentes. Tal sustentabilidade é decorrência do fortalecimento institucional e do fortalecimento do campo democrático dos movimentos sociais, onde o Plano Estratégico é um processo, e deve ser realizado em etapas, criando dinâmicas que sigam a metodologia proposta, tendo em vista o próprio amadurecimento institucional para efectivar as mudanças previstas.

### **Os principais desafios institucionais**

- **Conjunturais:** aumentar a capacidade de ler a realidade e criar estratégias de intervenção
- **Institucionais:** Fortalecer o campo dos movimentos sociais; Aumentar a formação política; Efectivar o Fundo Comum
- **Gestão:**
  - 1) Criar novas dinâmicas - definições de papéis na efectivação de actividades e no nível da tomada de decisão
  - 2) Enfrentar a fragilidade teórico-metodológica, rever a Rede de Formadores
  - 3) Estruturar base de dados e instrumentos de gestão programática/administrativa e financeira.
  - 4) Re-estruturar a equipa frente à nova estrutura programática - novas contratações para a equipa do Gabinete.
  - 5) Mudanças nos Estatutos - Comissão para a Revisão dos Estatutos:
    - Representante dos Conselheiros

- Representante do Conselho de Direcção
- Representante da AMMCJ
- Representante da MULEIDE
- Representante do Gabinete

Nesse sentido, devem ser criados instrumentos de monitoramento, avaliação e planeamento permanente que retroalimente a organização e produza acúmulos de conhecimento institucional.

## **7. Planeamento, Monitoria, Avaliação ( PMA):**

- Reuniões sistemáticas semanais/quinzenais/mensais. Nos vários níveis Órgãos Sociais (OS)/Direcção Executiva/Administradora/Directora de Programas (DP)/ Coordenadoras e destas com as equipas de trabalho que incluem os membros executores das acções do plano para PMA.
- Dinâmica de monitoria/planificação: 1) Direcção Executiva (DE) realiza reuniões periódicas com os Órgãos Sociais; 2) D.E com Administradora e D.P realizam reuniões do colegiado de gestão semanalmente; 3) DP e Administradora realizam reuniões quinzenais com as coordenações, gestora de comunicação e equipa administrativa; 4) Toda equipa, sob a coordenação da DE, se reúne 1 vez por mês para realizar debates estratégicos e tomadas de decisões; 5) As coordenações realizam reuniões sistemáticas com a equipa executora das actividades.
- Acompanhamento por parte das direcções e coordenações dos instrumentos de monitoria – actividades realizadas/resultados alcançados, com seus indicadores/uso dos recursos materiais e financeiros.
- Sistematização dos processos para acúmulo do conhecimento institucional.
- Relatórios descritivo e analítico, com o registo de actividades/processos de trabalho – programáticas e da representação institucional – referentes às actividades do Gabinete/membros executores.
- Dinâmica de avaliação/planificação: 1) A cada 2 meses reuniões para avaliação de processo (Gabinete). 2) Final do primeiro semestre deve ter uma avaliação de processo/programática ampliada com organizações membros executores de programas/OS/Gabinete. 3) Final do ano avaliação geral. 4) Final dos 5 anos deve ser feita uma avaliação da efectivação e impacto do plano.

## **8. Estrutura Programática**

Os objectivos específicos são a base dos programas institucionais, passam aqui a ser nominados de objectivos programáticos, visam no seu conjunto alcançar o objetivo institucional que representa as transformações sociais desejadas para os próximos 5 anos.

**8.1 Os objectivos programáticos são os seguintes:**

**Programa Combate à Violência de Género - Objectivo 1:** Contribuir para a criação de relações de género mais igualitárias com vista à redução da violência de género;

**Programa Economia de Género - Objectivo 2:** Promover a economia

de género através do acesso e controlo dos recursos (terra/trabalho) pelas mulheres;

**Programa Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais para uma Educação Não Sexista - Objectivo 3:** Promover os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e educação não sexista;

**Programa Participação Política - Objectivo 4:** Promover a igualdade de género através da participação política das mulheres;

**Programa de Fortalecimento Institucional - Objectivo 5:** Fortalecer o Desenvolvimento Institucional do FM de forma a responder aos seus objectivos estratégicos;

**8.2** Os **resultados** através de seus **indicadores** averiguam se de facto a acção do Plano Estratégico está evoluindo na direcção desejada. São eles:

**Resultados do Objectivo 1:**

**1. Lei contra a Violência Doméstica aprovada e implementada que garanta os Direitos Humanos das Mulheres;**

**Indicador:**

1.1 Lei aprovada;

1.2 Aumento de 20% dos serviços de atendimento à violência de género oferecido pelas organizações sociais até 2013;

1.3 Aumento de 30% de mulheres à procura dos serviços de atendimento a violência de género até 2010 e em 50% até 2013;

**Meios de verificação:** documentos, repercussão na mídia, dados governamentais e dados dos serviços dos grupos membros que prestam serviços sociais e jurídicos.

**2. Raparigas com mais conhecimento sobre estratégias de enfrentar o abuso sexual nas escolas;**

**Indicador:**

2.1 Chegar a 20 o número de denúncias recebidas anualmente nas organizações membros do Fórum Mulher.

2.2 Aumento de 30% do número de palestras realizadas pelas organizações membros do Fórum Mulher até 2010 e em 50% até 2013.

**Meios de verificação:** dados dos serviços dos grupos membros que prestam serviços sociais e realizam acções educativas;

**Resultados do Objectivo 2:**

**1. Aumentar o número de mulheres com DUAT e com capacidade de utilização;**

**Indicador:**

1.1 Aumentar para 2% o número de mulheres com DUAT

1.2 Aumentar até 35% o indicador de DUAT do PARPA

**Meios de verificação:** dados governamentais e dos serviços dos grupos membros que prestam serviços sociais.

**2. Grupos membros que advogam para acesso e controlo da terra e acesso a trabalho, mais fortalecidos e actuando junto às instâncias de decisão a nível das comunidades;**

**Indicador:**

2.1 50 casos de sucesso registrados sobre o acesso à terra (documentados anualmente a partir de 2010).

2.2 20% dos grupos membros redefinindo projectos de geração de renda, até 2011 e com mecanismos de poupança implementados até 2013.

**Meios de verificação:** dados dos serviços dos grupos membros que prestam serviços sociais.

**3. Avanço de regulamentação e implementação para protecção dos direitos trabalhistas das mulheres;**

**Indicador:**

3.1 Regulamentação do trabalho doméstico aprovada e implementada;

**Meios de verificação:** documentos oficiais e repercussão na mídia.

**Resultados do Objectivo 3:**

**1. Aprovação da Lei de Interrupção da Gravidez**

**Indicador:**

1.1 Lei de Interrupção da Gravidez aprovada e implementada;

**Meios de verificação:** documentos oficiais e repercussão na mídia.

**2. Incorporação de gênero na Lei sobre HIV/SIDA**

**Indicador:**

2.1 Perspectiva de gênero incluída nos documentos sobre a Lei do HIV/SIDA;

2.2 Que organizações do FM que trabalham com HIV/SIDA aumentem em até 30% os recursos para trabalhar numa abordagem de gênero;

**Meios de verificação:** dados das organizações membros, documentos oficiais e repercussão na mídia.

**3. Aumentar a informação das mulheres sobre o acesso aos serviços: de planificação reprodutiva; materno-infantil; aborto seguro; prevenção e assistência ao HIV/SIDA**

**Indicador:**

3.1 Aumentar para 50% o número de membros com capacidade para informar sobre serviços no nível da comunidade até 2013;

3.2 Instituir até 2012 que 30% dos membros do FM estejam monitorando a prestação de serviços no nível da comunidade;

3.3 Até 2012 ter instituído uma base de dados sobre saúde sexual e reprodutiva;

**Meios de verificação:** dados dos grupos membros e documentos oficiais.

**4. Ter incorporado junto aos grupos membros o tema da redução dos índices de casamentos forçados e de gravidezes precoces;**

**Indicador:**

4.1 Que os membros adotem o tema e tenham realizado, no todo 30 palestras anuais.

**Meios de verificação:** dados/relatórios dos grupos membros.

**5. Influenciar que membros do FM incorporem o tema da educação não sexista.**

**Indicador**

5.1 Que 20% dos membros integrem o tema da educação não sexista nos seus programas de trabalho até 2013.

**Meios de verificação:** dados/relatórios dos grupos membros.

**Resultados do Objectivo 4:**

**1. Influenciar a participação política das mulheres com adopção de uma perspectiva de género nos processos de tomada de decisão.**

**Indicador:**

1.1 Aumentar para 45 % os acentos parlamentares ocupados pelas mulheres; para 30% a participação no Executivo e para 20% os acentos de mulheres na Justiça.

**Meios de verificação:** documentos oficiais e repercussão na mídia.

**2. Ter aumentado o número de protocolos, leis, programas governamentais que tenham inserido a promoção da igualdade e do empoderamento das mulheres.**

**Indicador:**

2.1 Ter incorporado a perspectiva de género no plano e orçamento anual do Governo.

2.2 Ter no mínimo 1 integrante do FM participando das mesas de negociação e monitoria de leis, políticas públicas, protocolos, etc. Através do Observatório de Desenvolvimento e Grupos Temáticos.

**Meios de verificação:** documentos oficiais e repercussão na mídia.

**Resultados do Objectivo 5:**

**1. Ter ampliado o número de fóruns/núcleos e que estejam fortificados com capacidades próprias de mobilização de recursos e advogando pelos direitos das mulheres nas províncias.**

**Indicador:**

1.1 Número de fóruns/núcleos provinciais institucionalizados e mobilizados em defesa dos direitos das mulheres.

1.2 Aumento de 30% dos projectos realizados nas províncias sobre direitos das mulheres.

**Meios de verificação:** dados/relatórios dos grupos membros.

**2. Ter requalificado a Rede de Formadores fortificada com membros disponíveis e capacitados a nível nacional**

**Indicador**

2.1 Aumento de 20% do número de formações e consultorias realizadas e, género, avaliado positivamente pelos solicitantes;

**Meios de verificação:** dados/relatórios dos grupos membros e do gabinete.

**3. Equipa do gabinete mais capacitada em gestão e na abordagem feminista dos direitos humanos para melhor acompanhar o Plano Estratégico do FM;**

**Indicador**

3.1 Plano Estratégico executado de forma integrada – projecto político e execução de actividades/orçamento dentro do Fundo Comum

**Meios de verificação:** projectos aprovados, dados/relatórios do Gabinete.

**4. Ter ampliado as parcerias e redes do campo dos movimentos sociais em particular das redes do movimento feministas e da parceria com homens para aumentar a sustentabilidade política do FM.**

**Indicador:**

4.1 Estar participando de 3 novas redes no campo: dos direitos reprodutivos e direitos sexuais; economia de género; parcerias com homens.

**Meios de verificação:** dados/relatórios do Gabinete.

**5. Ter melhorado a infraestrutura e meios de trabalho**

**Indicador:**

5.1 Aquisição da casa com espaço e equipamentos para funcionamento,

5.2 Aumento dos Recursos Humanos;

As **actividades** estão estruturadas por linhas **de acções estratégicas** que se orientam pela busca dos resultados anteriormente descritos. Os **resultados imediatos** são refletidos na efectivação das acções que serão documentadas com listas de participação, relatórios, fotos, documentos de avaliações e monitoramento do processo. São elas:

<b>Acções Estratégicas</b>	<b>Actividades</b>
<b>Programa de Combate à Violência de Género - Objectivo 1</b>	
1.1 Lobby e advocacia para a aprovação e divulgação de leis contra a violência de género.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Realizar 2 encontros com parlamentares, Governo, personalidades e pessoas influentes para advogar a favor da aprovação da Lei contra a Violência;</li><li>• 4 encontros anuais do Grupo de Coordenação do Trabalho</li><li>• Realizar campanhas de comunicação envolvendo personalidades de destaque que se identifiquem com a luta contra a violência doméstica;</li><li>• Realizar 16 seminários de divulgação da lei (sendo 8 em 2009 e 2 a cada ano seguinte) com 35 pessoas cada;</li><li>• Participar de 2 encontros anuais e 6 actividades de monitoramento por ano e 2 actividades de mobilização nas escolas por ano;</li><li>• Participar da campanha “16 dias de activismo de não violência contra a mulher”;</li><li>• 1 encontro de troca de experiencia com países europeus e latinos a cada dois anos para 5 pessoas.</li></ul>

<p>1.2 Apoiar as acções dos membros para o alargamento da rede de serviços e melhoria do atendimento jurídico às vítimas de violência de género.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer as organizações membros para a ampliação do apoio jurídico e social às vítimas de violência, através da prestação de assistência jurídica e psicológica feita por 5 organizações membros: apoio financeiro para pagar profissionais – advogados e psicólogos; e produção de materiais de informação – 5 mil panfletos/folders;</li> <li>• 4 encontros anuais para propor e fortalecer as políticas de alargar a rede de casas de acolhimento e seu apetrechamento.</li> <li>• Realizar a cada dois anos trocas de experiências entre ONG que tratam deste tipo de serviços dentro e fora do país - 3 países envolvendo 5 pessoas a cada intercâmbio;</li> <li>• Fortalecer e apoiar com recursos humanos e materiais as organizações membros para: realizar palestras em escolas sobre abuso sexual; realizarem campanhas de incentivo às denúncias de abuso; receberem denúncias de abuso sexual.</li> </ul>
<p>1.3 Divulgar os direitos humanos das mulheres, os serviços jurídicos e sociais, e as estratégias contra a violência de género.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgar com 1 campanha anual e ações de mídia informações e os serviços de atendimento a violência de género, assim como os instrumentos de defesa da mulher, em particular da violência doméstica: 10 spots de rádio/2 cartazes (5 mil cada)/folders (10 mil) ;</li> <li>• Produzir materiais simplificados dos direitos das mulheres e violência doméstica a serem usados nas actividades: 2 cartilhas em 3 mil exemplares.</li> </ul>
<p>1.4 Realizar processos de formação para que os membros do FM articulem mais estrategicamente as respostas no âmbito da luta contra as violências de género.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar acções de formação e sensibilização junto aos membros e públicos estratégicos nas comunidades: 1 curso anual para 30 pessoas/2 seminários/workshop anuais para 40 pessoas;</li> <li>• Criar clubes de debate sobre violência de género, abuso sexual das raparigas e DH das mulheres nas escolas: 6 encontros anuais para 20 pessoas;</li> <li>• Formação continuada dos activistas e paralegais, agentes da Polícia e tribunais comunitários que prestam serviços de atendimento jurídico: 1 curso anual para 30 pessoas.</li> </ul>
<p><b>Programa Economia de Género - Objectivo 2</b></p>	
<p>2.1 Lobby e advocacy para divulgar e monitorar as políticas públicas e legislação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Advogar (actividade permanente de articulação) para: <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Divulgação da Lei de Terra;</li> <li>2) Implementação da Lei do Trabalho e da Lei dos Trab. Agrários;</li> <li>3) Aprovação da regulamentação sobre o trabalho das domésticas;</li> </ol> </li> <li>• Monitorar programas referentes ao desenvolvimento agrícola e analisar seu impacto na vida das comunidades: 6 reuniões ano com 20 pessoas.</li> </ul>
<p>2.2 Apoiar as acções dos membros para o alargamento da rede de serviços e melhoria do atendimento jurídico relacionado à terra e trabalho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer as organizações membros através de apoio para recursos humanos e materiais para a ampliação do apoio jurídico e social relacionado a terra e trabalho;</li> <li>• 1 encontro a cada dois anos para intercâmbio de experiências - visibilizar as boas praticas para 5 pessoas;</li> <li>• Documentar e sistematizar: publicar brochura com 2 mil exemplares.</li> </ul>
<p>2.3 Divulgar os mecanismos de financiamento para o trabalho das mulheres e de iniciativas de desenvolvimento rural (instituições financeiras, agências doadoras, programas do Governo).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 seminário e 2 workshop por ano para incentivar e capacitar 20 mulheres para as iniciativas inovadoras;</li> <li>• Realizar acções de divulgação de práticas – 2 spots/ano e promover debate nos meios de comunicação sobre o papel das mulheres na economia, incluindo os meios electrónicos;</li> <li>• 6 reuniões anuais com 20 mulheres para incentivar os grupos e associações para a profissionalização das mulheres;</li> <li>• 4 reuniões ano para advogar - criação de mecanismos de escoamento e comercialização da produção e comercialização e processamento de excedentes/10 pessoas;</li> <li>• Promover feiras comerciais: apoio logístico, produção de materiais – 5 mil panfletos/2 cartazes com 2 mil exemplares cada.</li> </ul>

2.4 Realizar processos de formação em economia de género.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar e fortalecer um grupo de trabalho sobre assuntos económicos na perspectiva de género: 4 reuniões ano com 20 pessoas;</li> <li>• Implementar e apoiar a formação para acesso à terra para as lideranças comunitárias, religiosas e tradicionais, bem como às mulheres rurais e os governos locais: 4 workshops/ano para 20 pessoas;</li> <li>• Apoiar a alfabetização das mulheres: apoio financeiro e material para associações membros (subsídio de alfabetizador, compra de material escolar para 50 pessoas) - 5 organizações membros se beneficiando;</li> <li>• Formação em matérias de gestão de pequenos negócios e em matérias de micro-finanças.</li> </ul>
2.5 Produção de conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar pesquisa de levantamento de dados (Linha de Base) sobre as questões da terra, conflitos e acesso a direitos;</li> <li>• Produzir materiais de divulgação – 5 mil folders/brochuras</li> </ul>
<b>Programa Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais para uma Educação Não Sexista - Objectivo 3</b>	
3.1 Lobby e advocacy: 1) Para aprovação de leis relacionadas à saúde da mulher; 2) Para influenciar nas políticas públicas para que a abordagem de género seja integrada nos currículos escolares.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acções de conscientização e divulgação das Leis do HIV/SIDA, Aborto, Família. Através de campanhas, debates, marchas, divulgação de materiais;</li> <li>• Realizar 6 reuniões/ano para advogar pelo acesso aos serviços de saúde e educação para prevenção nas zonas rurais/20 pessoas cada.</li> <li>• Participar de 6 reuniões ano/nos espaços de influenciar nas políticas públicas para que a abordagem de género seja integrada nos currículos escolares;</li> <li>• 4 reuniões/ano para estabelecer parcerias que influenciam a introdução de conteúdos sobre Direitos Humanos das mulheres nas políticas de Educação.</li> </ul>
3.2 Processos educativos 1) sobre direitos reprodutivos e direitos sexuais; 2) para educação não sexista para vários segmentos da sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 curso anual/30 pessoas para formar as mulheres sobre vantagens do acesso a serviços de saúde, enfocando os direitos reprodutivos e direitos sexuais;</li> <li>• 2 workshops/ano com 50 pessoas cada, para acção educativa nas escolas e nas comunidades sobre DSR e DSS;</li> <li>• 1 curso/ano com 20 pessoas - formar profissionais da Saúde para o bom atendimento às mulheres;</li> <li>• 2 workshops/ano com 20 pessoas cada, para trabalhar acções educativas sobre a Lei da Família; DSR e DSS com as conselheiras dos ritos de iniciação com vistas à redução dos casamentos prematuros;</li> <li>• Fazer materiais educativos: 2 mil brochuras;</li> <li>• 2 workshops em 2010 para elaborar um manual de género, direitos humanos e educação não sexista;</li> <li>• 4 workshops/ano com 20 pessoas cada, para formação de grupos e associações membros do FM que actuam na área da Educação para abordagem de uma educação não sexista;</li> <li>• 2 workshops/ano com 20 pessoas cada para formação de líderes comunitários, religiosos, matronas e oficiantes dos ritos de iniciação;</li> <li>• 4 workshops/ano com 20 pessoas - formação para professores/as.</li> </ul>
3.3 Produção de conhecimento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar pesquisa de levantamento de dados (Linha de Base) sobre saúde sexual e reprodutiva;</li> <li>• Preparar material de divulgação – 5 mil folders/brochuras.</li> </ul>
3.4 SIDA no local de trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 workshop, com 50 pessoas;</li> <li>• Apoio à formação de 10 pessoas dos grupos membros para educação de pares;</li> <li>• Apoio a 5 membros/ano desenvolverem acções nos locais de trabalho;</li> <li>• 1 curso para Gabinete/e familiares/40 pessoas;</li> <li>• Produção de material educativo;</li> <li>• Fundo de apoio ao trabalhador vivendo com HIV/ SIDA.</li> </ul>
<b>Programa Participação Política - Objectivo 4</b>	

<p>4.1 Lobby e advocacy para participação política das mulheres, articulando diálogo com o Governo, líderes de base e instituições eleitorais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 6 reuniões de diálogo com o Governo (Ministérios da Planificação e das Finanças); lideranças comunitárias e eleitorais sobre participação das mulheres em instâncias de poder;</li> <li>• 6 reuniões/ano de Monitoria do PARPA/ MARP/ EPAS/ PES/ 10 pessoas;</li> <li>• 4 actividades de integração do abordagem de género no PES;</li> <li>• Campanha pela ratificação do Protocolo Africano dos Direitos das Mulheres;</li> <li>• 6 reuniões ano para advogar para revisão de género das leis trabalhistas e Lei da Família.</li> </ul>
<p>4.2 Divulgar e sensibilizar a sociedade sobre o papel das mulheres na política.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgar nos vários meios de comunicação informações sobre o papel político das mulheres, assim como sua participação nas instâncias de poder: 2 spots de rádio; folders em 2 mil exemplares;</li> <li>• 6 reuniões/workshops com 40 mulheres - sensibilização das mulheres a candidatarem-se aos postos de tomada de decisão.</li> </ul>
<p>4.3 Processo de formação política dos membros do FM.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 capacitações/ano para 20 pessoas da equipa técnica e pessoal sectorial dos ministérios;</li> <li>• 4 capacitações/ano para 20 pessoas - sensibilização numa perspectiva de género para abordar o papel político das mulheres e sua acção nos espaços de poder envolvendo os membros do FM.</li> </ul>
<p><b>Programa de Fortalecimento Institucional - Objectivo 5</b></p>	
<p>5.1 Fortificar os fóruns provinciais para que através deles se atinjam às comunidades.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazer o diagnóstico dos fóruns a serem fortificados - levantamento das necessidades - viagens de prospecção para 2 consultores; realização de 1 seminário de planificação das actividades nas províncias seleccionadas para 2 facilitadores pelo menos 3 províncias;</li> <li>• Incentivar a criação de fóruns/núcleos de associações femininas nas províncias - viagem de prospecção para 2 consultores, 1 seminário de planificação das actividades - pelo menos 3 províncias;</li> <li>• 2 workshop ano/para 30 pessoas em desenvolvimento institucional para os fóruns provinciais.</li> </ul>
<p>5.2 Processos de formação interno para responder às demandas do Plano Estratégico.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 curso anual para os membros do gabinete em género e novas abordagens na area;</li> <li>• Recadastramento da Rede de Formadores, inclusão de novos formadores e criação de instrumentos comuns de trabalho de formação - Elaborada uma nova base de dados;</li> <li>• Formação de formadores em género na perspectiva dos DH das mulheres – curso em 3 módulos ( 5 dias cada) para 30 pessoas + seminário ( 50 pessoas) e visitas de intercâmbio a serviços e grupos + 60 dias de consultoria.</li> <li>• Preparar/ revisão do manual com os marcos metodologicos e teóricos do trabalho de formação em género – 3 mil exemplares + 15 dias de consultoria;</li> <li>• Garantir a troca de experiências dos membros da Rede de Formadores em fóruns nacionais e internacionais de interesse: 01 encontro anual 05 pessoas.</li> </ul>
<p>5.3 Manter actualizadas e aprimoradas as estratégias de comunicação e difusão de informação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 curso anual para os membros do Gabinete em género e novas abordagens na area;</li> <li>• Recadastramento da Rede de Formadores, inclusão de novos formadores e criação de instrumentos comuns de trabalho de formação - Elaborada uma nova base de dados;</li> <li>• Formação de formadores em género na perspectiva dos DH das mulheres – curso em 3 módulos (5 dias cada) para 30 pessoas + seminário (50 pessoas) e visitas de intercâmbio a serviços e grupos + 60 dias de consultoria.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparar/revisão do manual com os marcos metodológicos e teóricos do trabalho de formação em género – 3 mil exemplares + 15 dias de consultoria;</li> <li>• Garantir a troca de experiências dos membros da Rede de Formadores em fóruns nacionais e internacionais de interesse: 1 encontro anual 05 pessoas.</li> </ul>
5.4 Aprimorar mecanismos de gestão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Actualizar o Banco de Dados para melhorar a comunicação com os membros;</li> <li>• Rever e aprimorar mecanismos de agilizar a comunicação entre membros;</li> <li>• Incrementar o site e manter sua permanente alimentação de dados;</li> <li>• Aprimorar mecanismos de comunicação com a mídia comercial e alternativa (rádio, murais, jornais comunitários);</li> <li>• Rever a imagem institucional: logomarca e redesenho de seus materiais de comunicação/contratação de consultoria</li> </ul>
5.5 Fortalecer a iniciativa Homens como Parceiros.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar as actividades do programa Homens como Parceiros (MAP)</li> </ul>
<b>5.6 Acções intra-programáticas para abrir novos campos de diálogo e parcerias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover debate sobre prostituição e direitos das mulheres – seminário anual com 40 pessoas;</li> <li>• Promover debate sobre orientação sexual, preconceito e discriminação – seminário anual com 40 pessoas.</li> </ul>

## 9. Plano Operacional 2009

Programas	Actividades	Cronograma - trimestre			
		1º	2º	3º	4º
<b>Programa Combate à Violência de Género</b>					
1.1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar 2 encontros com parlamentares, Governo, personalidades e pessoas influentes para advogar a favor da aprovação da Lei contra a Violência;</li> <li>4 encontros anuais do Grupo de Coordenação do Trabalho</li> <li>Realizar 8 seminários com 35 pessoas cada;</li> <li>Participar de 2 encontros anuais e 6 actividades de monitoramento por ano e 2 actividades de mobilização nas escolas por ano;</li> <li>Participar da campanha “16 dias de activismo de não à violência contra a mulher”;</li> </ul>	X	X	X	X
1.2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer as organizações membros para a ampliação do apoio jurídico e social às vítimas de violência, através da prestação de assistência jurídico e psicológico feita por 5 organizações membros: apoio financeiro para pagar profissionais – advogados e psicólogas; e produção de materiais de informação – 5 mil panfletos/folders;</li> <li>4 encontros anuais para propor e fortalecer as políticas de alargar a rede de casas de acolhimento e seu apetrechamento.</li> <li>Realizar a cada dois anos trocas de experiências entre ONG que tratam deste tipo de serviços dentro e fora do país - 3 países envolvendo 5 pessoas a cada intercâmbio;</li> <li>Fortalecer e apoiar com recursos humanos e materiais as organizações membros para: realizar palestras em escolas sobre abuso sexual; realizarem campanhas de incentivo às denúncias de abuso; receberem denúncias abuso sexual.</li> </ul>	X	X	X	X
1.3	<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar com 1 campanha anual e acções de mídia informações e os serviços de atendimento a violência de género, assim como os instrumentos de defesa da mulher, em particular da violência doméstica: 2 spots de rádio/1 cartaz (mil)/folders (5 mil) ;</li> </ul>			X	X
1.4	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar acções de formação e sensibilização junto aos membros e públicos estratégicos nas comunidades: 1 curso anual para 30 pessoas/2 seminários/workshop anuais para 40 pessoas;</li> <li>Criar clubes de debate sobre violência de género, abuso sexual das raparigas e DH das mulheres nas escolas: 6 encontros anuais para 20 pessoas;</li> <li>Formação continuada dos activistas e paralegais, agentes da Polícia e tribunais comunitários que prestam serviços de atendimento jurídico: 1 curso anual para 30 pessoas.</li> </ul>	X	X	X	X
<b>Programa Economia de Género</b>					
2.1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Advogar (actividade permanente de articulação) para:</li> <li>Divulgação da Lei de Terras;</li> <li>Implementação da Lei do Trabalho e da Lei dos Trab. Agrários;</li> <li>Aprovação da regulamentação sobre o trabalho das domésticas;</li> <li>Monitorar programas referentes ao desenvolvimento agrário e analisar seu impacto na vida das comunidades: 6 reuniões/ano com 20 pessoas.</li> </ul>	X	X	X	X
2.2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer as organizações membros através de apoio para recursos humanos e materiais para a ampliação do apoio jurídico e social relacionado à terra e trabalho.</li> </ul>		X	X	X
2.3	<ul style="list-style-type: none"> <li>1 seminário e 2 workshops por ano para incentivar e capacitar 20 mulheres para as iniciativas inovadoras;</li> <li>6 reuniões anuais com 20 mulheres para incentivar os grupos e associações para a profissionalização das mulheres.</li> <li>4 reuniões ano para advogar - criação de mecanismos de escoamento e comercialização da produção e comercialização e processamento de excedentes/10 pessoas.</li> <li>Promover feiras comerciais: apoio logístico, produção de materiais – 2 mil panfletos/1 cartaz com mil exemplares cada.</li> </ul>		X	X	X
2.4	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar e fortalecer um grupo de trabalho sobre assuntos económicos na</li> </ul>		X	X	X

	<p>perspectiva de género: 4 reuniões/ano com 20 pessoas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Implementar e apoiar a formação para acesso a terra às lideranças comunitárias, religiosas e tradicionais, bem como às mulheres rurais e aos governos locais: 4 workshop ano para 20 pessoas;</li> <li>Apoiar a alfabetização das mulheres: apoio financeiro e material para associações membros (subsídio de alfabetizador, compra de material escolar para 50 pessoas) - 5 organizações membros se beneficiando;</li> <li>Formação em matérias de gestão de pequenos negócios e em matérias de micro-finanças.</li> </ul>	X	X	X	X
2.5	<ul style="list-style-type: none"> <li>Iniciar pesquisa de levantamento de dados (Linha de Base) sobre as questões da terra, conflitos e acesso a direitos.</li> </ul>			X	X
<b>Programa Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais para uma Educação Não Sexista</b>					
3.1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ações de conscientização e divulgação das Leis do HIV/SIDA, Interrupção da Gravidez, Família. Através de campanhas, debates, marchas, divulgação de materiais;</li> <li>Realizar 6 reuniões/ano para advogar pelo acesso aos serviços de saúde e educação para prevenção nas zonas rurais/20 pessoas cada;</li> <li>Participar de 6 reuniões/ano nos espaços de influência nas políticas públicas para que a abordagem de género seja integrada nos currículos escolares;</li> <li>4 reuniões/ano para estabelecer parcerias que influenciam a introdução de conteúdos sobre Direitos Humanos das mulheres nas políticas de Educação.</li> </ul>	X	X	X	X
3.2	<ul style="list-style-type: none"> <li>1 curso ano/30 pessoas para formar as mulheres sobre vantagens do acesso aos Serviços de Saúde, enfocando os direitos reprodutivos e direitos sexuais;</li> <li>2 workshops/ano para 50 pessoas cada, para acção educativa nas escolas e nas comunidades sobre DSR e DSS;</li> <li>1 curso ano/20 pessoas - Formar profissionais da Saúde para o bom atendimento das mulheres;</li> <li>2 workshops/ano para 20 pessoas cada para trabalhar acções educativas sobre a Lei da Família; DSR e DSS com as conselheiras dos ritos de iniciação com vistas à redução dos casamentos forçados;</li> <li>4 workshops/ano para 20 pessoas cada, para formação de grupos e associações membros do FM que actuam na área da educação, para abordagem de uma educação não sexista;</li> <li>2 workshops/ano para 20 pessoas cada para formação com líderes comunitários, religiosos, matronas e oficiais dos ritos de iniciação;</li> <li>4 workshops/ano com 20 pessoas - formação para professores/as.</li> </ul>		X	X	X
3.3	<ul style="list-style-type: none"> <li>Iniciar pesquisa de levantamento de dados (Linha de Base) sobre saúde sexual e reprodutiva.</li> </ul>			X	X
3.4	<ul style="list-style-type: none"> <li>1 workshop com 50 pessoas;</li> <li>Apoio à formação de 2 pessoas dos grupos membros para educação de pares;</li> <li>Apoio a 2 membros/ano para desenvolverem acções nos locais de trabalho;</li> <li>1 curso para Gabinete/e familiares/40 pessoas;</li> <li>Produção de material educativo;</li> <li>Fundo de apoio ao trabalhador vivendo com HIV/ SIDA.</li> </ul>		X	X	X
<b>Programa Participação Política - Programa 4</b>					
4.1	<ul style="list-style-type: none"> <li>6 reuniões de diálogo com o Governo (Ministérios da Planificação e das Finanças); lideranças comunitárias e eleitorais sobre participação das mulheres em instâncias de poder;</li> <li>6 reuniões ano de Monitoria do PARPA/MARP/EPAS/PES/10 pessoas</li> <li>4 actividades de integração do abordagem de género no PES;</li> <li>Campanha pela ratificação do Protocolo Africano dos Direitos das Mulheres;</li> <li>6 reuniões/ano para advogar para revisão de género das leis trabalhistas e Lei da Família.</li> </ul>	X	X	X	X
4.2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar nos vários meios de comunicação informações sobre o papel político das mulheres, assim como sua participação nas instâncias de poder: 2 spots de rádio; folders em 2 mil exemplares;</li> <li>6 reuniões/workshops com 40 mulheres - sensibilização das mulheres a</li> </ul>	X	X	X	

	candidatarem-se aos postos de tomada de decisão.				
4.3	<ul style="list-style-type: none"> <li>4 capacitações/ano para 20 pessoas da equipa técnica e de pessoal sectorial dos ministérios;</li> <li>4 capacitações/ano para 20 pessoas - sensibilização numa perspectiva de género para abordar o papel político das mulheres e sua acção nos espaços de poder, envolvendo os membros do FM.</li> </ul>	X	X	X	X
<b>Programa de Fortalecimento Institucional</b>					
5.1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazer o diagnóstico dos fóruns a serem fortificados - levantamento das necessidades - viagens de prospecção para 2 consultores; realização de 1 seminário de planificação das actividades nas províncias seleccionadas por 2 facilitadores pelo menos 2 províncias;</li> <li>Incentivar a criação de fóruns/núcleos de associações femininas nas províncias - Viagem de prospecção para 2 consultores, 1 seminário de planificação das actividades - pelo menos 2 províncias;</li> <li>2 workshops/ano para 30 pessoas em desenvolvimento institucional para os fóruns provinciais.</li> </ul>		X	X	
			X	X	
				X	X
5.2	<ul style="list-style-type: none"> <li>1 curso anual para os membros do Gabinete em género e novas abordagens na area;</li> <li>Recadastramento da Rede de Formadores, inclusão de novos formadores e criação de instrumentos comuns de trabalho de formação - Elaborada uma nova base de dados;</li> <li>Formação de formadores em género na perspectiva dos DH das mulheres – curso em 3 módulos ( 5 dias cada) para 30 pessoas + seminário (50 pessoas) e visitas de intercâmbio a serviços e grupos + 60 dias de consultoria.</li> <li>Preparar/revisão do manual com os marcos metodologicos e teóricos do trabalho de formação em género – 3 mil exemplares + 15 dias de consultoria;</li> <li>Garantir a troca de experiências dos membros da Rede de Formadores em fóruns nacionais e internacionais de interesse: 1 encontro anual para 5 pessoas.</li> </ul>	X	X		
			X	X	
			X	X	X
					X
			X		X
5.3	<ul style="list-style-type: none"> <li>Actualizar/manter o Banco de Dados para melhorar a comunicação com membros;</li> <li>Rever e aprimorar mecanismos de agilizar a comunicação entre membros;</li> <li>Incrementar o site e manter sua permanente alimentação de dados;</li> <li>Aprimorar mecanismos de comunicação com a mídia comercial e alternativa (rádio, murais, jornais comunitários);</li> <li>Rever a imagem institucional: logomarca e redesenho de seus materiais de comunicação/contratação de consultoria</li> </ul>	X	X	X	X
		X	X	X	X
		X			
5.4	<ul style="list-style-type: none"> <li>Negociação e implementação do Fundo Comum</li> <li>Criar mecanismos e instrumentos de aprimoramento da gestão – contratar consultorias para acompanhar o plano; criar instrumentos; instituir o fundo comum e as adaptações administrativas financeiras = 60 dias para consultorias.</li> <li>Assegurar a realização das reuniões bimensais dos membros do FM/50 pessoas;</li> <li>Apoio p/participação do FM em fóruns e eventos nacionais e internacionais/4 ao ano - pelo menos 3 pessoas por evento);</li> <li>Realizar 2 reuniões com membros/retiros para a equipa nos processos de DI;</li> <li>Compra da casa e mobília/equipamentos;</li> <li>Contratação de pessoal (3 novos integrantes);</li> <li>Criar mecanismos de benefícios sociais: triénio por tempo de serviço; fundo do trabalhador/a; Seguro de Saúde; Seguro Viagem.</li> </ul>	X	X	X	X
		X	X	X	X
		X	X	X	X
		X	X	X	X
		X	X	X	X
		X	X	X	X
		X	X	X	X
		X	X	X	X
		X	X	X	X
5.5	Assegurar as actividades do programa Homens como Parceiros (MAP)	X	X	X	X
5.6	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover debate sobre prostituição e direitos das mulheres – seminário anual com 40 pessoas</li> <li>Promover debate sobre orientação sexual, preconceito e discriminação – seminário anual com 40 pessoas.</li> </ul>			X	
			X		

## 10. Resumo - Matriz lógica

<b>Intervenção Lógica</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Resultados</b>
<b>Objectivo Institucional – Goal</b>			
Contribuir para transformar os determinantes socioculturais, na perspectiva de género, que incidam no fortalecimento da democratização da sociedade moçambicana.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria da qualidade e avanço das políticas de saúde reprodutiva e sexual, políticas contra violência e abuso sexual;</li> <li>Aprovação de leis de direitos das mulheres;</li> <li>Melhoria dos indicadores nacionais e regionais sobre trabalho e condições de vida das mulheres;</li> <li>Aumento da participação política das mulheres em instâncias de decisão;</li> <li>Melhoria da qualidade e fortalecimento da actuação dos membros na defesa dos direitos das mulheres.</li> </ul>	<p>Dados nacionais de pesquisas de saúde, violência, condições de vida e participação política;</p> <p>Dados institucionais sobre actividades e fortalecimento dos membros e das mulheres que deles participam.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adopção de políticas de igualdade de género nas políticas nacionais;</li> <li>Diminuição de adoecimento, morte e violência contra as mulheres;</li> <li>Fortalecimento das mulheres com maior participação política e melhoria das condições de vida;</li> <li>Autonomia, fortalecimento do Fórum Mulher com o reconhecimento do seu papel político na sociedade de Moçambique.</li> </ul>
<b>Objectivos Programáticos</b>			
<b>Objectivo 1:</b> Contribuir para a criação de relações de género mais igualitárias com vista à redução da violência de género.	<p>1.1 Lei aprovada;</p> <p>1.2 Aumento de 20% dos serviços de atendimento à violência de género oferecido pelas organizações sociais até 2013;</p> <p>1.3 Aumento de 30% de mulheres à procura dos serviços de atendimento à violência de género até 2010 e em 50% até 2013;</p> <p>1.4 Chegar a 20 o número de denúncias recebidas anualmente nas organizações membros do Fórum Mulher;</p> <p>1.5 Aumento em 30% do número de palestras realizadas pelas organizações membros do Fórum Mulher até 2010 e em 50% até 2013.</p>	Documentos, repercussão na mídia, dados governamentais e dados dos serviços dos grupos membros que prestam serviços sociais e jurídicos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei contra a Violência Doméstica aprovada e implementada que garanta os direitos humanos das mulheres;</li> <li>Raparigas com mais conhecimento sobre estratégias de enfrentar o abuso sexual nas escolas.</li> </ul>
<b>Objectivo 2:</b> Promover a economia de género através do acesso e controle dos recursos (terra/trabalho) pelas mulheres;	<p>2.1 Aumentar para 2% o número de mulheres com DUAT;</p> <p>2.2 Aumentar até 35% o indicador de DUAT do PARPA;</p> <p>2.3 50 casos de sucessos de acesso à terra documentados</p>	Documentos dos membros; documentos oficiais e repercussão na mídia; Dados dos serviços dos grupos membros que prestam serviços sociais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar o número de mulheres com DUAT e com capacidade de utilização;</li> <li>Grupos membros que advogam para acesso e controlo da terra e acesso</li> </ul>

	<p>anualmente a partir de 2010;</p> <p>2.4 20% dos grupos membros redefinindo projectos de geração de renda até 2011 e com mecanismos de poupança implementado até 2013;</p> <p>2.5 Regulamentação do trabalho doméstico aprovada e implementada.</p>		<p>ao trabalho mais fortalecidos e actuando junto às instâncias de decisão a nível das comunidades;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avanço de regulamentação e implementação para protecção dos direitos trabalhistas das mulheres;</li> </ul>
<p><b>Objectivo 3:</b> Promover os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e educação não sexista;</p>	<p>3.1 Lei da Interrupção da Gravidez;</p> <p>3.2 Perspectiva de género incluída nos documentos sobre a Lei HIV/SIDA;</p> <p>3.3 Que organizações do FM que trabalham com HIV/SIDA aumentem em até 30% os recursos para trabalhar numa abordagem de género;</p> <p>3.4 Aumentar para 50% o número de membros com capacidade para informar sobre serviços ao nível da comunidade até 2013;</p> <p>3.5 Instituir até 2012 que 6 membros do FM estejam monitorando a prestação de serviços a nível da comunidade;</p> <p>3.6 Até 2012 ter instituído uma base de dados sobre saúde sexual e reprodutiva;</p> <p>3.7 Que os membros adoptem o tema da gravidez precoce e tenham realizado 30 palestras anuais;</p> <p>3.8 Que 20% dos membros integrem o tema da educação não sexista nos seus programas de trabalho até 2013.</p>	<p>Documentos dos membros; Documentos oficiais; e, Repercussão na mídia</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovação da Lei da Interrupção da Gravidez;</li> <li>• Incorporação de género na Lei do HIV/SIDA;</li> <li>• Aumentar a informação das mulheres sobre o acesso aos serviços de planificação reprodutiva; materno-infantil; aborto seguro; prevenção e assistência ao HIV/SIDA;</li> <li>• Ter incorporado junto aos grupos membros o tema da redução dos índices de casamentos forçados e de gravidezes precoces;</li> <li>• Ter influenciado que membros do FM incorporem o tema da educação não sexista.</li> </ul>
<p><b>Objectivo 4:</b> Promover a participação política das mulheres</p>	<p>4.1 Aumentar para 45 % os acentos parlamentares ocupados pelas mulheres; para 30% a participação no Executivo e para 20% os acentos de mulheres na Justiça;</p> <p>4.2 Ter incorporado a perspectiva de género no plano e orçamento anual do Governo;</p> <p>4.3 Ter no mínimo 1 integrante do FM participando das mesas de negociação de leis, políticas públicas, protocolos, etc.</p>	<p>Documentos oficiais e repercussão na mídia;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Influenciar a participação política das mulheres com adopção de uma perspectiva de género nos processos de tomada de decisão;</li> <li>• Ter aumentado o número de protocolos, leis e programas governamentais que tenham inserido a promoção da igualdade e do empoderamento das mulheres.</li> </ul>
<p><b>Objectivo 5:</b> Fortalecer o</p>	<p>5.1 Número de fóruns/núcleos provinciais institucionalizados e</p>	<p>Dados/relatórios dos grupos membros;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter ampliado o número de fóruns/núcleos e que</li> </ul>

<p>Desenvolvimento Institucional do FM de forma a responder aos seus objectivos estratégicos;</p>	<p>mobilizados em defesa dos direitos das mulheres;</p> <p>5.3 Aumento de 30% dos projectos realizados nas províncias sobre direitos das mulheres;</p> <p>5.4 Aumento de 20% do número de formações e consultorias realizadas, avaliada positivamente pelos solicitantes;</p> <p>5.5 Plano Estratégico executado de forma integrada – projecto político e execução de actividades/orçamento dentro do Fundo Comum;</p> <p>5.6 Estar participando de 3 novas redes no campo dos direitos reprodutivos e direitos sexuais; economia de género; parcerias com homens.</p>	<p>projectos aprovados, dados/relatórios do Gabinete.</p>	<p>estejam fortificados com capacidades próprias de mobilização de recursos e advogando pelos direitos das mulheres nas províncias;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter requalificado a Rede de Formadores e esta fortificada com membros disponíveis e capacitados a nível nacional;</li> <li>• Equipa do Gabinete mais capacitada em gestão e na abordagem feminista dos direitos humanos para melhor acompanhar o Plano Estratégico do FM;</li> <li>• Ter ampliado as parcerias e redes do campo dos movimentos sociais, em particular das redes do movimento feminista e da parceria com homens para aumentar a sustentabilidade política do FM.</li> </ul>
<p><b>Actividades a serem realizadas - resultados imediatos: efectivação das acções documentadas com listas de participação, relatórios, fotos, documentos de avaliação e monitoramento do processo.</b></p>			

## **11. Referências Bibliográficas**

DOMINGOS, Armani. Construindo Pontes. Salvador. CESE. 2003.

GOUVEIA, Taciana. PORTELA, Ana Paula. Ideias e Dinâmicas para Trabalhar com Género. Recife. SOS CORPO. 2001.

GOUVEIA, Taciana, SILVA, Carmem. LARANGEIRA, Márcia. Ideia e Dinâmicas Género e Desenvolvimento Institucional. Recife. SOS CORPO. 2007.

GT INDICADORES. Indicadores para Organizações Sociais. Curitiba, 2004.

LARANJEIRA, Márcia Jacome. Género e Mobilização de Recursos: Reflexões para Um Debate. Recife. SOS CORPO e Oxfam GB. 2008

LIMA VIEIRA, Maria Aparecida. Educação de Adultos, Analfabetismo e Pobreza em Moçambique. [http://www.cereja.org.br/arquivos\\_upload/educmocambique\\_marciaaplvieira\\_dompubl.pdf](http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/educmocambique_marciaaplvieira_dompubl.pdf). São Paulo, 2006.

MARQUES, Iara. Análise Institucional e Funcional. Maputo, 2004

MORAES, Maria Lygia Quartim. Pós-Modernismo, Marxismo e Feminismo. In Margem Esquerda. São Paulo. ISBN: 1678-7684. Ed Boitempo, 2003/2004.

Plano Estratégico 2005-2009. Consultores: Zuber Ahmed, Albino Mazembe. Fórum Mulher, 2004

Relatórios: Actividades e Financeiros 2005/ 2006/2007. Fórum Mulher

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entram em Cena. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TENÓRIO, Francisco. Gestão de ONGs – Principais Funções Gerenciais. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

[WWW.INE.GOV.MZ](http://WWW.INE.GOV.MZ)